



Necta Gás Natural S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Administradores
Necta Gás Natural S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Necta Gás Natural S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

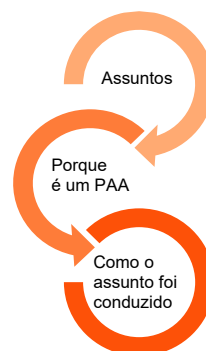
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Necta Gás Natural S.A.

Porque é um PAA

Receita de venda de gás fornecida e não faturada - Nota 9 e 23

A receita de distribuição de gás é reconhecida no momento em que o gás é fornecido. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Conseqüentemente, uma parte do gás distribuído não é faturado ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor, o qual em 31 de dezembro de 2025 totalizava R\$ 54.668 mil.

O cálculo da receita de gás não faturada envolve dados históricos, tais como tarifa de venda de gás definida pelo regulador e número de dias de consumo não faturado, além da estimativa por parte da administração acerca do comportamento do consumo dos clientes na rede de distribuição no período não faturado em relação ao período faturado.

Devido a relevância dos valores envolvidos na aplicação de estimativas e julgamentos pela administração, esse assunto foi considerado como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e teste do controle interno relevante relacionado com o processo de receita e contas a receber, bem como dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que suportam esses processos, controles e testes substantivos para recálculo da estimativa.

Realizamos o entendimento e testamos os processos estabelecidos pela administração, incluindo a totalidade e integridade da base de dados, bem como os modelos de cálculo para mensuração e contabilização da receita de gás fornecida e não faturada.

Seleção em base amostral, de receitas já faturadas, para inspeção do documento fiscal referente a última medição realizada no mês, com o objetivo de conferir que: (i) a quantidade de dias estimados de consumo obtida a partir da data da última leitura do medidor de gás até a data de fechamento está razoável; (ii) o cálculo do consumo médio diário está conforme a última fatura emitida; e (iii) comparação da estimativa de receita de gás fornecida e não faturada com a receita efetivamente faturada no mês subsequente. Adicionalmente, validamos que o valor da tarifa de venda de gás que está sendo utilizado no cálculo da estimativa, está de acordo com o preço por segmento estabelecido pelo órgão regulador.

Por fim, efetuamos a leitura e avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração em relação a esse tema são consistentes com os dados e informações obtidos.

Mensuração e classificação do intangível e ativos de contrato - Notas 15 e 15.2

A Companhia possui registrado intangível do contrato de concessão para exploração dos serviços públicos de distribuição de gás

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação do ambiente de controles internos do processo de intangível e ativos de



Necta Gás Natural S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>canalizado e ativos de contrato nos montantes R\$ 420.637 mil e R\$ 83.016 mil, respectivamente. Esses ativos estão relacionados com o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato de concessão pública e investimentos efetuados na rede de distribuição de gás canalizado, mensurados pelo custo total de aquisição e construção deduzidos da amortização acumulada, reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p> <p>O reconhecimento desses investimentos entre intangível e ativos de contrato envolve complexidade e julgamento por parte da Administração.</p> <p>Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o intangível e ativos de contrato.</p>	<p>contrato, bem como procedimentos substantivos relacionados com o processo de avaliação dos custos reais e custos aprovados pelo regulador.</p> <p>Efetuamos o cálculo matemático e testamos o modelo utilizado para a classificação dos investimentos no intangível.</p> <p>Seleção em base amostral, dos materiais, e serviços aplicados às obras que evidenciam os gastos com infraestrutura, com a inspeção de documentação suporte para os custos capitalizados.</p> <p>Avaliamos se os custos capitalizados atendem aos critérios de capitalização, bem como sua classificação no intangível.</p> <p>Recalculamos os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados sobre as obras em andamento além da amortização do intangível do direito de concessão reconhecida na demonstração do resultado do exercício.</p> <p>Por fim, efetuamos a leitura e avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras.</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos pela administração em relação a esse tema são consistentes com os dados e informações obtidos.</p>

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 18 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Necta Gás Natural S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela diretoria e governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Necta Gás Natural S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by

Assinado por: Rodrigo Lobenwein Marcatti:0500738657
CPF: 05000738657
Hora de assinatura: 23 de fevereiro de 2026 | 18:26 BRT
O: PwC Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC: Siqueira/D Múltipla
E: 1541021@siq.com.br

Rodrigo Lobenwein Marcatti
Contador CRC 1MG091301/O-2



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Araraquara, 20 de fevereiro de 2026, a Necta Gas Natural S.A – Necta, divulga seus resultados referentes ao ano de 2025. As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas conforme normas contábeis vigentes e comparadas ao ano de 2024 ou conforme indicado.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 apresentou sinais de melhoras, tivemos aproximadamente 10mil novos clientes.

O EBITDA atingiu R\$ 189 milhões, reflexo do aumento de consumidores e também do recebimento dos valores referente ao ajuste da 3ª RTO aprovado na 5ª RTO.

Os investimentos totalizaram R\$ 50.8 milhões em 2025, 22,6% maior que no ano anterior, alinhado com o planejamento da Companhia.

No ano de 2025 foi ultrapassada a marca de 57 mil clientes, um incremento de 18% em relação ao ano anterior, e atingiu-se a marca de 1.496 quilômetros de rede construída.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Esse foi mais um ano de crescimento de base de clientes que, ao final de 2025, ultrapassou 57.5 mil clientes, cabendo destaque ao segmento residencial que agregou a base 9.9 mil novos clientes.

O número total de clientes supera o de medidores, pois um único medidor pode atender a um conjunto de apartamentos (UDA - Unidade Domiciliar Autônoma). Dessa maneira, a Necta encerrou o ano com o seguinte número de clientes em cada mercado.

Número de consumidores (Qtde)	2025	2024	2025 x 2024
Industrial Cativo	169	165	2%
GNC	1	1	0%
Comércio	887	815	8%
Residencial	56491	46500	18%
GNV	12	13	-8%
Industrial Livre	11	0	100%
Total	57.571	47.494	18%
Número de medidores (Qtde)	2025	2024	2025 x 2024
Medidores	24.660	22.826	7,44%



COMERCIAL

Nos destaques comerciais, expandimos o volume comercializado em 110 mil m³/dia, representando um crescimento de 16% em relação a 2024 e consolidando a trajetória de evolução do negócio. No segmento industrial, contratamos 39 mil m³/dia com 39 novos clientes, com destaque para IFF, Morlan e Marvi, reforçando nossa presença estratégica no setor.

No mercado residencial, contratamos mais de 17 mil UDAs em 83 condomínios no NH, além de aproximadamente 10 mil novas UDAs no segmento Habitacional, ampliando significativamente nossa base de clientes.

Já no segmento comercial, foram contratados mais de 185 mil m³/mês, com destaque para 14 grandes clientes, incluindo shoppings, hospitais e hotéis, fortalecendo nossa atuação em clientes de maior porte e relevância.

Por fim, triplicamos a frota de caminhões movidos a GNV em operação na área de concessão da Necta, impulsionando a descarbonização e ampliando a competitividade do gás natural como solução energética sustentável.

REGULATÓRIO

Em 2025, a Companhia alcançou um marco regulatório relevante com a conclusão da 5ª Revisão Tarifária Ordinária (“5ª RTO”), que consolidou parâmetros essenciais para a previsibilidade do ciclo tarifário, reforçando a transparência do arcabouço regulatório e trazendo maior clareza para o planejamento operacional e de investimentos. A deliberação da Agência Reguladora que aprovou os resultados finais do Plano de Negócios Regulatório e o cálculo da Margem Máxima (P0) representou um avanço importante na governança regulatória do contrato de concessão, ao formalizar premissas e critérios aplicáveis ao novo ciclo.

No contexto desse marco, a 5ª RTO também foi determinante para encerrar e formalizar trâmites relacionados a temas históricos de revisões anteriores. Em 08 de dezembro de 2020, a Agência Reguladora, por meio da Deliberação ARSESP nº 1.082, aprovou a 3ª Revisão Tarifária Ordinária (3ª RTO) e reconheceu que a Companhia fazia jus à recuperação de R\$ 33.660.738, em moeda de novembro de 2019, sem capitalização, estabelecendo ainda que tal valor não seria compensado via tarifa. A fundamentação técnica desse montante consta na Nota Técnica NT.F-0068-2020, item 13 (Cálculo de ajustes compensatórios do 4º ciclo).

Em maio de 2025, a Secretaria de Parcerias e Investimentos (SPI), por meio do Ofício nº 0067507901/2025-SPI-GSE, informou que a compensação à Companhia seria realizada por meio de pagamento com recursos do Tesouro Estadual, condicionada à finalização dos trâmites de validação para confirmação dos valores definitivos. Posteriormente, em setembro de 2025, com a publicação da Deliberação ARSESP nº 1.711, que aprovou os resultados finais do Plano de Negócios Regulatório e o cálculo da P0 da 5ª RTO, foi confirmado o valor originalmente apurado na 3ª RTO. Em decorrência, a Companhia recebeu em caixa o montante de R\$ 86,5 milhões, via transação PIX, em 01 de outubro de 2025, encerrando os trâmites mencionados no Ofício da SPI.

DESEMPENHO ECONÔMICO

RECEITA LÍQUIDA

A receita operacional líquida atingiu R\$ 853 milhões, 2,33% maior em relação a 2024.

Receita (R\$ MM)	2025	2024	2025 x 2024
Receita Bruta de vendas e/ou serviços e Construção	1.073.779	1.062.967	1,01%
Deduções da receita bruta	-220.635	-229.667	-4,09%
Receita operacional líquida	853.144	833.300	2,33%

CUSTO DE BENS E SERVIÇOS

O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados, que é composto principalmente pelo custo do gás (commodity), transporte, custo da construção e outros custos, foi de R\$ 637 milhões no ano, apresentando redução de 4,54% com relação a 2024.

Custo de Bens e Serviços (R\$ MM)	2025	2024	2025 x 2024
Custo do gás e transporte	534.629	575.728	-7,69%
Custo de construção	48.610	43.133	11,27%
Outros custos	53.891	47.203	12,41%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	637.130	666.065	-4,54%

Os custos de gás e transporte, excluídos o custo de construção e outros, foi de R\$ 535 milhões no ano, redução de 7,69% em relação a 2024.

DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

As despesas com vendas, operacionais, gerais e administrativas, e outras receitas operacionais, líquidas, totalizaram R\$ 54 milhões, sendo 6,75% maior comparado a 2024.

Despesas e Receitas Operacionais (R\$ MM)	2025	2024	2025 x 2024
Despesas de vendas e operacionais	-13.237	-16.192	-22,32%
Despesas gerais e administrativas	-49.608	-44.460	10,38%
Outras receitas operacionais, líquidas	8.638	10.102	-16,95%
Despesas/Receitas operacionais	-54.207	-50.550	6,75%

EBITDA

O EBITDA somou R\$ 189 milhões em 2025. O avanço está diretamente associado ao reconhecimento dos efeitos regulatórios homologados na 5ª RTO, fortalecendo a geração operacional de caixa e a margem da companhia.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro encerrou 2025 em R\$ 52 milhões e R\$ 1.9 milhões em 2024. A variação expressiva no período decorre, principalmente, dos impactos financeiros vinculados à deliberação tarifária, que influenciaram positivamente o desempenho do exercício, e ao recebimento da atualização monetária referente ao ajuste compensatório da 3ª RTO.

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido acumulado no ano atingiu R\$ 155 milhões, registrando crescimento de 50% em comparação com o exercício anterior. O desempenho reflete a melhora operacional e os efeitos regulatórios reconhecidos no período, consolidando o fortalecimento da posição econômico-financeira da companhia.

INVESTIMENTOS

Os investimentos em ativos intangíveis totalizaram R\$ 50,8 milhões no ano, um aumento de 22,6% em relação a 2024.

ENDIVIDAMENTO

A NECTA em 2025 fechou com o saldo do total da dívida referente a debêntures em R\$ 75 milhões. Os pagamentos dos juros ocorrem semestralmente, onde a última parcela está prevista para 19/01/2027 juntamente com o saldo principal.

TECH & DIGITAL

Em Segurança da Informação, alcançamos uma redução de 56% no número de usuários fisgados nas campanhas de phishing, além de conquistarmos posição entre as Top 3 empresas do grupo no tempo de correção de vulnerabilidades críticas, demonstrando maturidade e agilidade na gestão de riscos cibernéticos.

No pilar de Eficiência Operacional, realizamos a integração do SAP para obtenção de dados de leituras dos clientes (TCM e XCONN), aprimorando a confiabilidade das informações e a automação dos processos. Também implementamos uma Ferramenta de Campo para digitalização das Ordens de Serviço, eliminando o fluxo em papel e o envio manual de imagens, tornando o processo mais ágil, rastreável e sustentável.

Em Controles Internos, promovemos a revisão dos perfis de acesso no SAP, reduzindo de 584 para 92 os perfis com segregação de função, mitigando riscos, fortalecendo a governança e revertendo apontamento de auditoria.

Por fim, em Aplicações GIS, desenvolvemos 12 novas aplicações com atualização completa da rede de distribuição e da base de clientes, elevando a qualidade das informações georreferenciadas e apoiando a tomada de decisão estratégica.

SUPRIMENTOS

Ao longo do período, realizamos 513 novos contratos de serviços e materiais, fortalecendo a estrutura operacional e garantindo suporte às demandas estratégicas do negócio. Como resultado de uma atuação estruturada e orientada à eficiência, alcançamos R\$ 12 MM em saving, reforçando nosso compromisso com geração de valor e otimização de recursos.

Também conduzimos a revisão de políticas internas, promovendo maior governança, padronização e clareza nos processos.

Intensificamos as compras estratégicas, priorizando negociações estruturadas e maior previsibilidade contratual, além de adotarmos aditivos conforme a necessidade, assegurando flexibilidade e alinhamento às demandas operacionais.

Destacam-se ainda a implementação do Leilão Eletrônico (CRM), ampliando transparência e competitividade nas aquisições, e a automação do processo de medição, que trouxe mais agilidade, controle e confiabilidade às rotinas.

FACILITIES

Realizamos a entrega do Laboratório e da Filial de Araçatuba, reforçando a estrutura operacional e a presença estratégica da companhia. Conduzimos também a venda de tubos sem utilização, promovendo melhor gestão de ativos e evitando imobilização desnecessária de capital, o que possibilitou o retorno de R\$ 243 mil para o caixa.

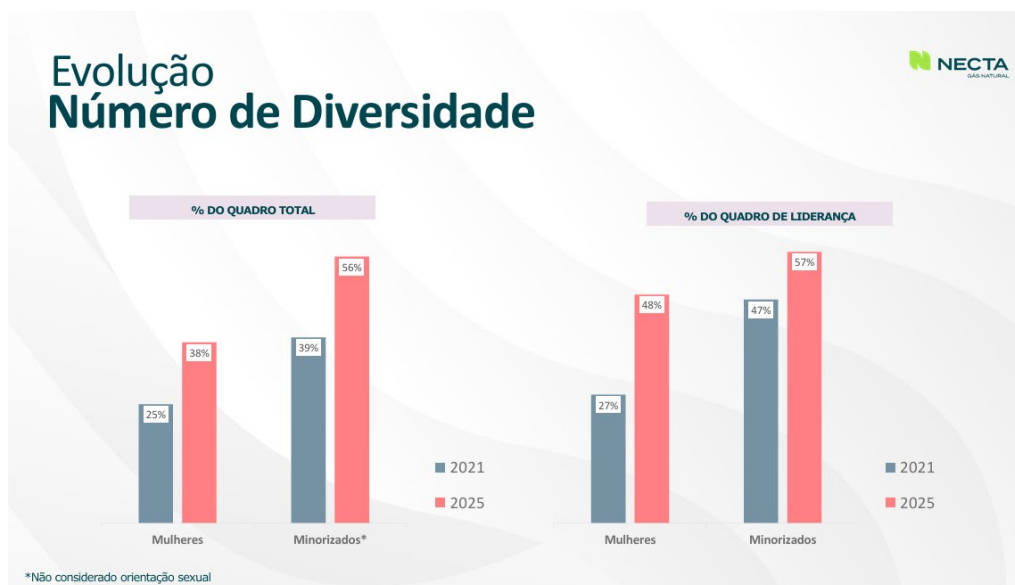
Além disso, alcançamos um ganho financeiro de R\$ 638 mil por meio de otimizações contratuais, demonstrando eficiência nas negociações e na gestão dos contratos. Destaca-se ainda a acuracidade de 99,996% na guarda de materiais, evidenciando alto nível de controle, organização e confiabilidade nos processos de armazenagem.

DIVERSIDADE

No quadro total, a representatividade de mulheres passou de 25% em 2021 para 38% em 2025, enquanto a participação de pessoas minorizadas evoluiu de 39% para 56% no mesmo período, evidenciando um avanço significativo na composição mais diversa da força de trabalho.

Já no quadro de liderança, o crescimento também foi expressivo. A presença de mulheres aumentou de 27% em 2021 para 48% em 2025, e a representatividade de pessoas minorizadas passou de 47% para 57%.

Os dados reforçam o compromisso com a promoção da diversidade e inclusão, demonstrando avanço não apenas na base da organização, mas também em posições estratégicas de liderança.



INSTITUCIONAL

No âmbito institucional, destinamos R\$ 1,45 milhão em patrocínios incentivados, apoiando 12 projetos sociais e reforçando nosso compromisso com o desenvolvimento das comunidades onde atuamos. Realizamos visitas de acompanhamento aos projetos apoiados, como Judô para Todos e Alma, fortalecendo o relacionamento e garantindo a efetividade das iniciativas.

Também patrocinamos a reforma da quadra do ABA – APAE Araraquara, contribuindo diretamente para a melhoria da infraestrutura e do atendimento à comunidade. Marcamos presença e participação ativa no Fórum Cogen 2025 e atuamos nos Seminários do Plano Paulista Decenal de Energia (PPDE 2034), ampliando nossa contribuição para o debate sobre o futuro do setor energético.

Estivemos presentes na abertura da FLISol, apoiamos o Prêmio Movimento Verde e organizamos a visita da Secretária Natália Resende à Usina Santa Cruz e à Necta, fortalecendo o diálogo institucional e o posicionamento estratégico da companhia.

ESTRATÉGIA

A estratégia de biometano está estruturada para consolidar a Necta como protagonista na transição energética dentro da sua área de concessão. Atualmente, contamos com 3 usinas em operação previstas para 2025, com capacidade estimada de 160 mil m³/dia de biometano, reforçando nosso compromisso com uma matriz cada vez mais sustentável e 100% verde.

O trabalho contempla o acompanhamento individual de cada usina, avaliando maturidade operacional e

viabilidade para tomada de decisão, garantindo segurança regulatória e eficiência econômica. No campo regulatório, avançamos com a deliberação do TUSD Verde, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo (Deliberação nº 1.765, de 23 de dezembro de 2025), fortalecendo o modelo de incentivo ao biometano.

A estratégia também define modelos de negócios estruturados — TUI, TUSD Verde e HUB — conectando produtor, cliente e hub de biometano, com análises técnicas baseadas em volume e distância para definição do modelo mais eficiente. Essa abordagem integrada assegura competitividade, previsibilidade contratual e expansão sustentável do mercado de biometano na área de concessão.

CONCLUSÃO

Em 2025, a Necta consolidou um ciclo de crescimento com expansão relevante da base de clientes, evolução consistente do volume comercializado e aumento da capilaridade da rede, ao mesmo tempo em que fortaleceu sua performance econômico-financeira.

A conclusão da 5ª RTO trouxe maior previsibilidade regulatória e permitiu o encerramento de temas históricos, com reflexo positivo na geração de caixa e na rentabilidade do exercício.

Com investimentos alinhados ao planejamento, ganhos de eficiência e avanços em Tech & Digital, controles internos, governança e práticas de diversidade e inclusão, a Companhia reforça sua capacidade de execução e sustentabilidade operacional.

Para os próximos ciclos, a estratégia de biometano e os modelos de negócios associados posicionam a Necta para capturar oportunidades da transição energética, mantendo disciplina financeira, segurança regulatória e compromisso com a criação de valor para a sociedade e demais públicos de relacionamento.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025



1.	Contexto operacional	18
2.	Declaração de conformidade	18
3.	Políticas contábeis, premissas e estimativas materiais	19
4.	Normas contábeis	20
5.	Ativo e Passivos Financeiros	21
6.	Mensuração de valor justo reconhecidas	22
7.	Gestão de risco financeiro	23
8.	Caixa e equivalentes de caixa	25
9.	Contas a receber	26
10.	Partes relacionadas	27
11.	Ativos e passivos financeiros setoriais	28
12.	Outros tributos	29
13.	Imposto de renda e contribuição social	30
14.	Imobilizado	33
15.	Intangível	34
15.1.	Outros ativos financeiros	36
15.2.	Ativo de contrato	37
16.	Arrendamentos	38
17.	Empréstimos, financiamentos e debêntures	41
18.	Gás pago e não retirado	42
19.	Fornecedores	43
20.	Provisão para demandas e depósitos judiciais	43
21.	Patrimônio líquido	45
22.	Receita operacional líquida	47
23.	Custos e despesas por natureza	48
24.	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	49
25.	Resultado financeiro líquido	49
26.	Compromissos	50
27.	Eventos subsequentes	51

Balanço patrimonial

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	109.758	85.707
Contas a receber de clientes	9	79.042	75.701
Recebíveis de partes relacionadas	10	837	3.063
Estoques		3.959	3.760
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13	14.267	3.191
Outros impostos a recuperar	12	12.088	3.788
Ativos financeiros setoriais	11	8.504	17.122
Gás Pago e não retirado	18	13.529	17.679
Adiantamento a fornecedores		1.465	458
Outros ativos		56	10.619
Despesas antecipadas		4.653	6.306
Ativo circulante		248.158	227.394
Outros tributos a recuperar	12	42.962	40.650
Depósitos judiciais	20	592	404
Outros ativos financeiros	15.1	4.823	3.820
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.1	38.784	42.221
Ativos de contrato	15.2	83.016	66.040
Direito de uso	16.1	5.725	6.128
Imobilizado	14	7.527	5.899
Intangível	15	420.637	406.192
Ativo não circulante		604.066	571.354
Total do ativo		852.224	798.748

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



Balanco patrimonial

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivos			
Fornecedores	19	55.329	51.288
Ordenados e salários a pagar		7.098	5.007
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	579	4.744
Outros tributos a pagar	12	14.375	16.240
Outras contas a pagar		5.285	7.687
Adiantamento de clientes		6.842	112
Passivos financeiros setoriais	11	4.833	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	4.935	3.669
Passivos de arrendamentos	16.2	2.068	1.928
Pagáveis a partes relacionadas	10	1.347	1.124
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		-	-
Passivo circulante		102.691	91.799
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	69.986	69.815
Passivos de arrendamentos	16.2	3.276	4.184
Passivos financeiros setoriais	11	87.164	88.810
Provisão para demandas judiciais	20.1	3.733	1.887
Passivo não circulante		164.159	164.696
Total do passivo		266.850	256.495
Patrimônio líquido			
Capital social		462.481	462.481
Reserva de lucros		122.893	79.771
Total do patrimônio líquido		585.374	542.253
Total do passivo e patrimônio líquido		852.224	798.748

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



Demonstração dos resultados

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	22	853.144	833.300
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	23	(637.130)	(666.065)
Resultado bruto		216.014	167.235
Despesas de vendas	23	(13.237)	(16.192)
Despesas gerais e administrativas	23	(49.608)	(44.460)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	8.638	10.102
Resultado operacional		161.807	116.685
Despesas financeiras	25	(15.485)	(10.143)
Receitas financeiras	25	73.398	11.797
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(5.526)	203
Resultado financeiro líquido	25	52.387	1.857
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		214.194	118.542
Imposto de renda e contribuição social			-
Corrente		(55.994)	(42.025)
Diferido	13	(3.437)	1.485
		(59.431)	(40.540)
Resultado líquido do exercício		154.763	78.002
Resultado líquido do exercício atribuído aos:			-
Acionistas controladores		154.763	78.002
		154.763	78.002
Resultado básico por ação - em Reais		0,33464	0,16866

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras



Demonstração do resultado abrangente
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	154.763	78.002
Resultado abrangente do exercício	154.763	78.002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros			Lucro no período	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros		
Em 31 de dezembro de 2023		462.481	34.369	66.777	-	563.627
Distribuição de dividendos exercício anterior	21	-	-	(66.777)	-	(66.777)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	78.002	78.002
Reserva legal	21	-	3.900	-	(3.900)	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	21	-	-	-	(32.599)	(32.599)
Dividendos adicionais propostos		-	-	41.503	(41.503)	-
Em 31 de dezembro de 2024		462.481	38.269	41.503	-	542.253
Distribuição de dividendos exercício anterior	21	-	-	(41.503)	-	(41.503)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	154.763	154.763
Reserva legal	21	-	7.738	-	(7.738)	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	21	-	-	-	(70.140)	(70.140)
Dividendos adicionais propostos		-	-	76.885	(76.885)	-
Em 31 de dezembro de 2025		462.481	46.007	76.885	0	585.373

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		214.194	118.542
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	14, 15 e 16	27.595	23.979
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	14 e 15	11	8
Amortização do valor presente do ativo financeiro da concessão	15	1.632	1.459
Remuneração sobre bens da concessão indenizáveis	15	(438)	(201)
Provisão para demandas judiciais	20	788	1.383
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		10.988	6.184
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos	11	2.821	12.391
Provisão de bônus e participação no resultado		3.829	2.945
Provisão (Reversão) para perdas de crédito esperadas	9	(4.424)	3.925
Provisão de juros sobre debêntures	17	11.004	7.709
Provisão de ativos de Contrato	15	(1.837)	3.760
		266.163	182.084
Variação em:			
Contas a receber de clientes	9	7.765	31.911
Estoque		(199)	365
Imposto de renda e contribuição social e outros tributos, líquidos	13	(12.430)	(5.025)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(66.545)	(35.465)
Partes relacionadas, líquidas	10	2.449	(2.405)
Fornecedores e outros passivos financeiros		(5.501)	(10.042)
Ordenados e salários a pagar		(1.738)	(3.279)
Gás pago e não retirado	18	4.150	(734)
Outros ativos e passivos, líquidos		(676)	(2.060)
		(72.725)	(26.734)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		193.438	155.350
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	14, 15 e 16	(51.582)	(43.670)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		(51.582)	(43.670)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	73.839
Pagamento de juros sobre debêntures	17	(9.567)	(3.870)
Amortização de principal sobre arrendamentos	16	(2.138)	(985)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	16	(599)	(293)
Dividendos pagos	21	(105.501)	(177.959)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(117.805)	(109.268)
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	85.707	83.294
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	109.758	85.707
Informação complementar			
Impostos de renda e contribuição social pagos		66.545	35.465

Transações que não envolveram caixa:

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa da Controladora:

- (i) Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis com pagamento a prazo no montante de R\$ 6.708 (R\$ 537 em 31 de dezembro de 2024), vide nota 14 e 15
- (ii) Gastos de captação de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 172, vide nota 17.

Apresentação de juros e dividendos:

Os juros, dividendos e juros sobre capital próprio pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e os juros pagos sobre as obras em andamento e ativos de contrato, são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.

1. Contexto operacional

A Necta Gás Natural S.A. atua na distribuição de gás natural canalizado na região noroeste do Estado de São Paulo, abrangendo 375 municípios, atendendo aos segmentos industrial, residencial, comercial, gás natural veicular (GNV), termogeração e cogeração, além de atividades complementares previstas em seu objeto social.

A prestação dos serviços é regulada pelo Contrato de Concessão nº CSPE/002/99, celebrado em 10 de dezembro de 1999 com o Poder Concedente, representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), com prazo de 30 anos e término previsto em 9 de dezembro de 2029, podendo ser prorrogado uma única vez por até 20 anos. Em 14 de novembro de 2024, a Companhia protocolou pedido de prorrogação ordinária do contrato, atualmente em andamento.

As tarifas são atualizadas anualmente em dezembro, refletindo as variações do custo do gás natural e a recomposição inflacionária da margem de distribuição, sendo admitidos reajustes tarifários extraordinários conforme regulamentação aplicável, quando atendidos os critérios e limites regulatórios. A concessão também está sujeita a revisões tarifárias periódicas a cada cinco anos, por meio das quais as margens são redefinidas para o ciclo regulatório subsequente, visando ao equilíbrio econômico-financeiro e à continuidade do serviço.

Ao término da concessão, os bens e instalações vinculados à prestação do serviço serão revertidos ao Poder Concedente, com inventário e avaliação dos ativos para apuração da eventual indenização devida à Companhia, conforme critérios regulatórios aplicáveis.

Impactos da Reforma Tributária

Em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar 214/2025 que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e determina que, a partir de 01 de janeiro de 2026, se inicia o período teste com a obrigatoriedade de destaque desses tributos em documento fiscal de forma informativa.

Em 22 de dezembro de 2025, foi publicado o Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 1 que trouxe a prorrogação do destaque do IBS e CBS até o primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação da parte comum dos regulamentos do IBS e da CBS. Até a presente data tal regulamento não foi publicado.

Em conclusão ao descrito acima não haverá impactos nas peças contábeis e recolhimento dos tributos para o exercício de 2026. A Companhia está adaptando-se em preparação para o cumprimento das regulamentações aplicáveis.

2. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2026.

3. Políticas contábeis, premissas e estimativas materiais

As políticas contábeis, premissas e estimativas materiais, assim como as áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade aplicadas a preparação destas demonstrações financeiras são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo:

3.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Essas estimativas e premissas são avaliadas continuamente e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e, quando aplicável, seus efeitos são reconhecidos de forma prospectiva. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas com maior grau de incerteza na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

- Nota 09 – determinação dos montantes de receita não faturada e da provisão para perdas de crédito esperadas.
- Nota 11 – determinação do volume e preços da molécula de gás para apuração dos ativos e passivos financeiros setoriais.
- Nota 12 – determinação das premissas utilizadas nas projeções de resultado utilizadas para avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos.
- Nota 15 – determinação da vida útil e do padrão de amortização com base no prazo e condições definidos pelo órgão regulador e no instrumento de concessão, bem como avaliação de recuperabilidade (impairment) de ativos não financeiros, quando aplicável, considerando o prazo remanescente regulatório e as principais premissas utilizadas na projeção de resultados.
- Nota 16 – determinação da taxa de desconto incremental e opção de renovação ou compra para apuração do direito de uso e passivo de arrendamento.

- Nota 19 – determinação das premissas de projeção dos compromissos futuros dos contratos de concessão.
- Nota 20 – determinação da probabilidade de perda e valor das provisões para demandas judiciais.

4. Normas contábeis

4.1 Normas contábeis recentemente adotadas pela Companhia

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

A alteração específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras.

Além disso, foi alterado o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras de 2026 e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações nos pronunciamentos técnicos buscam tornar determinados requisitos da norma mais claros e consistentes considerando os seguintes temas: (i) classificação dos ativos financeiros com características atreladas a temas Environmental, Social and Governance ("ESG"); (ii) Desreconhecimento de passivos liquidados através de sistemas de pagamento eletrônico. Em complemento introduzem requisitos de divulgação adicional para empresas com investimento em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Ativo e Passivos Financeiros

Política contábil:

A classificação dos ativos e passivos financeiros é baseada em dois critérios:

- o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e
- se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros e passivos financeiros são mensurados ao seu valor justo acrescidos ou deduzidos de eventuais custos de transação.

A mensuração subsequente será conforme a classificação dada:

- Custo amortizado - juros e eventuais perdas de crédito esperadas reconhecidos no resultado.
- Valor justo pelo resultado (VJR) - valor justo reconhecido no resultado.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - valor justo reconhecido em outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Quando há modificação do passivo, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, o passivo anterior será baixado e um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	8	109.758	85.707
Contas a receber de clientes	9	79.042	75.701
Recebíveis de partes relacionadas	10	837	3.063
Ativos financeiros setoriais	11	8.504	10.421
Depósitos judiciais	20	592	404
Total		198.733	175.296
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores	19	(55.329)	(51.288)
Passivos de arrendamento	16	(5.344)	(6.112)
Pagáveis a partes relacionadas	10	(1.347)	(1.124)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	(74.921)	(73.484)
Passivos financeiros setoriais	11	(91.997)	(82.109)
Total		(228.938)	(214.117)
Total		(30.205)	(38.821)

No reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo, acrescido ou deduzido de custos de transação, quando aplicável, e posteriormente mensurados conforme a classificação atribuída.

6. Mensuração de valor justo reconhecidas

Política contábil:

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.
- Nível 3: utilizam inputs para mensurar o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos

não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- o uso de preços de mercado cotados;
- para swaps usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas observáveis no mercado; e
- para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

Todas as estimativas resultantes de valor justo que tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio estão incluídas no Nível 2.

A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Segue as informações aplicáveis a Companhia:

	Nota	Valor justo			
		31/12/2025		31/12/2024	
		Nível 2	Nível 3	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	8	109.758	0	85.707	0
Total		109.758	0	85.707	0
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	74.921	0	73.484	0
Total		74.921	0	73.484	0

7. Gestão de risco financeiro

O gerenciamento de risco financeiro da Companhia considera as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais fornecem princípios escritos para o gerenciamento de risco global e de áreas específicas, como risco de mercado, risco de taxa de juros, risco de preço, risco de crédito e investimento de excesso de liquidez.

Risco de mercado

A Administração gerencia e controla as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

Risco da taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de avaliar a eventual necessidade de contratação de instrumentos financeiros derivativos, de forma a garantir a proteção contra a volatilidade dessas taxas e minimizar impactos das disparidades entre seus ativos e passivos.

O cenário provável considera uma projeção dos indicadores econômicos em 12 meses, elaborada por uma consultoria especializada. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nos indicadores econômicos usados no cenário provável.

Os principais efeitos oriundos de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível dos indicadores econômicos afetaria a mensuração de ativos e passivos financeiros, o patrimônio líquido e o resultado passando os saldos para os valores indicados abaixo.

Unidade	31/12/2025	Provável	25%	50%	-25%	-50%
CDI - % a.a.	14,90%	13,44%	16,80%	20,16%	10,08%	6,72%

Exposição taxa de juros	31/12/2025	Provável	Cenários			
			25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	109.758	124.509	145.427	149.611	137.060	132.877
Operações compromissadas	3.992	4.529	5.289	5.441	4.985	4.833
Certificado de depósitos bancários - CDB	105.721	119.930	140.078	144.108	132.019	127.989
Empréstimos, financiamentos e debêntures	74.921	84.990	99.269	102.124	93.557	90.702
	294.392	333.958	390.063	401.284	367.621	356.401

Risco de crédito

As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações.

Os montantes de caixa e equivalentes de caixas são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A" nacional. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria de acordo com a política da Companhia.

Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	109.758	85.707
Contas a receber de clientes	79.040	75.701
Recebíveis de partes relacionadas	837	3.063
Total	189.635	164.471

	31/12/2025	31/12/2024
AAA	109.758	85.707
Total	109.758	85.707

Risco de liquidez

A abordagem da Companhia é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação.

Administração monitora o endividamento por meio de acompanhamento periódico do perfil da dívida, com foco em manter níveis adequados de solvência e cumprir covenants existentes. O índice de alavancagem, a Companhia utiliza como métrica principal um indicador de endividamento.

Os principais passivos financeiros de longo prazo da Companhia estão demonstrados nas notas 11 e 17.

8. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	44	906
Aplicações financeiras	109.714	84.801
	109.758	85.707

Aplicações em bancos	31/12/2025	31/12/2024
Operações compromissadas	3.992	36.353
Certificado de depósitos bancários - CDB	105.721	48.448
	109.714	84.801

As aplicações financeiras são realizadas com banco de primeira linha e foram rentabilizadas a taxas em torno de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, com rendimentos e liquidez diários.

9. Contas a receber

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional devida por um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém os saldos de contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2025	31/12/2024
Contas de gás a receber	41.329	35.584
Receita não-faturada ⁽ⁱ⁾	54.668	64.159
Total	95.997	99.743
Provisão para perdas de crédito esperadas	(16.955)	(24.042)
Total	79.042	75.701

(i) A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo já registrado no balanço para fins de competência.

A composição das contas a receber por intervalo de vencimento é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	74.516	76.172
Vencidas:		
Até 30 dias	4.816	2.297
De 31 a 60 dias	221	159
De 61 a 90 dias	66	44
Mais de 90 dias	16.378	21.071
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(16.955)	(24.042)
Total	79.042	75.701

A variação nas perdas de crédito esperadas é a seguinte:

Provisão para perdas de crédito esperadas	
Saldo em 31/12/2023	(20.117)
(Adições) reversões	(4.048)
Baixas	122

Saldo em 31/12/2024	(24.042)
(Adições) reversões	4.424
Baixas	2.663
Saldo em 31/12/2025	(16.955)

10. Partes relacionadas

No exercício em questão, após a devida análise, não foi reconhecida qualquer provisão para perdas com relação a contas a receber de partes relacionadas, pois os valores são considerados plenamente recuperáveis, conforme a avaliação realizada pela Administração.

Recebíveis e pagáveis a partes relacionadas:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo circulante		
Operações comerciais		
Comgás - Companhia de Gás de São Paulo S.A.	837	3.063
Total	837	3.063
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo circulante		
Despesas Reembolsáveis		
Commit Gás S.A.	1.180	950
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda	167	174
Total	1.347	1.124

Transações com partes relacionadas:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita operacional		
Comgás - Companhia de Gás de São Paulo S.A.	16.426	32.476
Total	16.426	32.476
Custo operacional		
Rumo Malha Sul S.A.	(111)	(23)
Rumo Malha Paulista S.A.	(129)	(75)
Total	(240)	(98)
Receitas (despesas) compartilhadas		
Commit Gás S.A.	(2.426)	(2.163)
Comgás - Companhia de Gás de São Paulo S.A.	(25)	-
Cosan	(11)	-
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda	(2.668)	(1.188)
Total	(5.130)	(3.352)
Total	11.056	29.026

Remuneração dos administradores e diretores:

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração atribuída aos integrantes do pessoal-chave, incluem salários e está em conformidade com as práticas societárias e as disposições normativas aplicáveis, detalhada no quadro a seguir:

Remuneração dos administradores e diretores:	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração Fixa	3.569	1.538
Remuneração Variável	1.698	759
Total	5.267	2.297

11. Ativos e passivos financeiros setoriais

Política contábil:

Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado das distribuidoras, em função da diferença entre custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas deliberações/resoluções emitidas pelas agências reguladoras, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

A Companhia é regulada pela ARSESP por meio da Deliberação nº 1.010.

Fundamentada nas deliberações/resoluções citadas, a Companhia concluiu não haver incerteza quanto ao reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar.

Desta forma, reconhece os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras obtido pela diferença entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários, gerando um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário das distribuidoras.

A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi a seguinte:

	Ativo setorial	Passivo setorial	Total
Saldo em 31/12/2023	18.662	(73.055)	(54.393)
Custo do gás ⁽ⁱ⁾	(2.916)	(2.620)	(5.536)
Balanço de Penalidade ⁽ⁱⁱⁱ⁾		(6.701)	(6.701)
Atualização monetária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.375	(6.433)	(5.058)
Saldo em 31/12/2024	17.122	(88.810)	(71.688)
Custo do gás ⁽ⁱ⁾	(8.791)	5.970	14.761
Atualização monetária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.259	(10.243)	(11.502)
Reclassificação	(1.086)	1.086	2.172
Saldo em 31/12/2025	8.504	(91.997)	(100.501)
Circulante	8.504	(4.833)	(13.337)
Não circulante	-	(87.164)	(87.164)
Total	8.504	(91.997)	(100.501)

(i) O custo do gás adquirido, comparado ao tarifado, é classificado como passivo circulante, com recuperação anual ou trimestral conforme a categoria do cliente.

(ii) No passivo setorial é demonstrado o efeito do balanço de penalidade conforme deliberações ARSESP nº 1.056/2020 e 1.614/2024

(iii) Atualização monetária sobre a conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC.

Em 9 de janeiro de 2023, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) instaurou audiência pública para tratar da devolução aos consumidores dos créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo desses tributos.

Com a publicação da Deliberação ARSESP nº 1.457, de 27 de setembro de 2023, o prazo para disponibilização do Relatório Circunstanciado das contribuições recebidas foi prorrogado por até 120 dias, a contar de 29 de setembro de 2023. Posteriormente, em 29 de outubro de 2024, a ARSESP comunicou o adiamento da discussão acerca da destinação dos créditos tributários para o primeiro semestre de 2025.

Adicionalmente, conforme disposto nas Deliberações ARSESP nº 1.056, de 21 de outubro de 2020, e nº 1.614, de 9 de dezembro de 2024, caso os valores de penalidades faturados pela concessionária aos usuários superem os valores faturados pelo supridor à concessionária a título de penalidades, o saldo apurado deverá ser revertido em crédito regulatório, a ser considerado na modicidade tarifária, quando da realização dos reajustes e revisões tarifárias.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Deliberação ARSESP nº 1.634, que prorrogou, por até 120 dias a partir de 21 de janeiro de 2025, o prazo para a divulgação do Relatório Circunstanciado e das Notas Técnicas Finais, fixando como novo prazo final 20 de maio de 2025, no âmbito da Consulta Pública nº 12/2022.

Até a data-base das demonstrações financeiras, a ARSESP não havia concluído as análises nem publicado deliberação definitiva sobre a forma de destinação dos referidos créditos. Dessa forma, o tema permanece sem resolução final, sem impactos diretos reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia até o encerramento do período.

12. Outros tributos

Política contábil:

Os ativos fiscais são inicialmente reconhecidos ao custo e mensurados subsequentemente com base em eventos e circunstâncias que possam afetar sua expectativa de realização. Tais ativos compreendem, principalmente:

(i) Tributos a recuperar:

Referem-se a valores a serem restituídos pelas autoridades fiscais ou compensados com tributos devidos em períodos futuros, nos termos da legislação tributária aplicável.

(ii) Tributos a pagar:

Correspondem a obrigações tributárias reconhecidas no passivo, decorrentes de tributos incidentes sobre a folha de pagamento, a prestação de serviços, entre outros. Esses valores são reconhecidos quando incorridos e mensurados pelo montante a liquidar, considerando as bases de cálculo, alíquotas e prazos previstos na legislação aplicável, sendo atualizados e ajustados quando necessário.

A mensuração e a recuperabilidade desses ativos são avaliadas periodicamente pela administração, considerando, entre outros fatores, alterações na legislação tributária, mudanças nas condições econômicas e operacionais, bem como quaisquer outros eventos ou circunstâncias que possam impactar, de forma

relevante, sua realização. Quando aplicável, ajustes são efetuados de maneira prospectiva, de forma a refletir as melhores estimativas disponíveis à data das demonstrações financeiras.

Outros impostos a receber

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS ^{(i) (ii)}	35.727	30.140
PIS ^{(i) (ii)}	7.757	6.543
ICMS	11.565	7.755
Total	55.049	44.438
Circulante	12.088	3.788
Não circulante	42.962	40.650
Total	55.049	44.438

(i) Em 13 maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento, ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo de PIS e COFINS. A Companhia segue reconhecendo a atualização monetária dos créditos referentes ao tema.

(ii) Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa revisou a classificação de determinadas rubricas contábeis. As alterações visam refletir uma melhor apresentação, conforme a natureza de suas operações e proporcionar maior clareza aos usuários das demonstrações financeiras sobre o impacto dessas operações no balanço patrimonial. Essas mudanças foram aplicadas aos valores comparativos, resultando na reclassificação do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2024, no grupo do ativo não circulante entre tributos a recuperar e intangível (escrever exatamente como na NE), resultando na reclassificação correspondente na demonstração do fluxo de caixa e notas explicativas. As reclassificações não alteram o total do ativo, passivo, patrimônio líquido e do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros impostos a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
INSS	(756)	(686)
FGTS	(196)	(203)
ISS	(131)	(75)
PIS/COFINS	(2.046)	(1.176)
ICMS	(10.596)	(13.585)
OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES S/ FOLHA	(650)	(515)
Total	(14.375)	(16.240)

13. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa nominal de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Imposto de renda e contribuição social diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação e, para prejuízos fiscais e base negativa à medida que apresentem expectativa de recuperabilidade futura.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de reporte, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes. Tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda a recuperar	11.377	3.191
Contribuição social a recuperar	2.890	0
Total	14.267	3.191
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	214.194	118.542
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(72.826)	(40.304)

Ajustes para cálculo da taxa efetiva

Saldo negativo de IR/CS	11.864	
Outras	(1.455)	(262)
Incentivos Fiscais	620	
PAT - Dedução	30	26
Licença Maternidade/Paternidade estendida	16	
IRRF Aplicações	2.079	
Adicional 10%	240	
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(59.431)	(40.540)
Taxa efetiva - %	28%	34%

Ativos e passivos de imposto de renda diferido:

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos ativos de:		
Diferenças temporárias:		
Provisão para redução do valor contábil dos direitos de concessão	5.523	5.116
Provisão para demandas judiciais	15.155	14.518
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	5.765	8.174
Provisões diversas	9.918	8.396
Outros	2.205	1.272
Total	38.566	37.476
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias		
Efeito do AVP do ativo intangível e do ativo financeiro	13.628	17.035
PIS e COFINS a recuperar (Provisão)	(13.410)	(12.291)
Total	218	4.745
Total de tributos diferidos registrados	38.784	42.221
Diferido ativo	38.784	42.221
Total diferido, líquido	38.784	42.221

A Companhia avaliou a recuperabilidade e o horizonte esperado de realização de seus ativos fiscais diferidos, decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, com base em estimativas de geração de lucros tributáveis ao longo do período remanescente do contrato de concessão. Tais estimativas foram elaboradas a partir de premissas econômico-financeiras e operacionais consideradas razoáveis à data das demonstrações financeiras, incluindo, entre outros fatores, projeções de inflação, taxas de juros, volumes esperados nas áreas de concessão e condições de mercado aplicáveis aos serviços prestados.

Com base nesses estudos, a expectativa de realização dos créditos tributários diferidos em 31 de dezembro de 2025 é apresentada conforme segue:

Dentro de 1 ano	9.360
1 a 2 anos	16.526
2 a 3 anos	6.449
3 a 4 anos	6.449
Total	38.784

Movimentações no imposto diferido ativo e passivo:

Ativo/Passivo	Saldo em 31/12/2024	Impacto no resultado do período	Saldo em 31/12/2025
Provisão para redução do valor contábil dos direitos de concessão	5.116	407	5.523
Provisão para demandas judiciais	14.518	637	15.155
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	8.174	(2.409)	5.765
Passivo regulatório	8.396	1.522	9.918
Outros	1.272	934	2.206
Efeito do AVP do Ativo Intangível e do Ativo Financeiro	17.035	(3.409)	13.627
PIS e COFINS a recuperar (Provisão)	(12.291)	(1.119)	(13.410)
Total	42.220	(3.437)	38.784

14. Imobilizado

Política contábil:

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os ativos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, com exceção dos terrenos que não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa sem um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

Redução ao valor recuperável dos ativos

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de impairment para os ativos com vida útil definida, e é realizado teste quantitativo apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável.

A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Obras em andamento	Total
Valor de custo			
Saldo em 31/12/2023	10.288	41	10.329
Adições		537	537
Transferências	534	(41)	493
Saldo em 31/12/2024	10.822	537	11.358
Adições	872	1.819	2.691
Baixas	(4.717)		(4.717)
Transferências	537	(537)	0
Saldo em 31/12/2025	7.514	1.819	9.333
Valor de depreciação			
Saldo em 31/12/2023	(4.554)	-	(4.554)
Adições	(906)	-	(906)
Saldo em 31/12/2024	(5.459)	-	(5.459)
Adições	(1.030)		(1.030)
Baixas	4.683		4.683
Saldo em 31/12/2025	(1.806)	-	(1.806)
Saldo em 31/12/2024	5.363	537	5.899
Saldo em 31/12/2025	5.708	1.819	7.527

15. Intangível

Política contábil:

Direito de concessão

A Necta Gás Natural S.A. possui contrato de concessão pública para o serviço de distribuição de gás em que o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos que são subjacentes e necessários para a distribuição de gás, como por exemplo a tubulação, são amortizados por sua vida útil estimada ou o prazo final da concessão, o que ocorrer

primeiro. Essa vida útil econômica também é utilizada pelos órgãos reguladores para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é baixado ou amortizado completamente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

Fidelização de clientes

Investimentos realizados no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) que são amortizados durante o período do contrato.

Despesas subsequentes

As despesas subsequentes são capitalizadas somente quando gerarem benefícios econômicos futuros e, são incorporadas no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados em base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso. Para os ativos relacionados aos contratos de concessão, a amortização é limitada ao prazo máximo da concessão.

A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é baixado ou amortizado completamente.

Redução ao valor recuperável dos ativos

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos com vida útil definida, e é realizado teste quantitativo apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável.

A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado são estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

A contabilização do ativo intangível relacionado à concessão envolve julgamento da Administração quanto ao enquadramento do contrato e à classificação do direito de concessão como ativo intangível, bem como quanto à capitalização de dispêndios e despesas subsequentes quando geram benefícios econômicos futuros.

A Companhia realiza anualmente revisão dos indicadores de impairment para os ativos intangíveis, ativos de contrato e direito de uso. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, essa análise não identificou evidências objetivas que exigissem a realização de um teste quantitativo de recuperação de ativos.

	Intangível		Intangível não regulatório		Total
	Direito de Concessão	Rede de distribuição de gás	Fidelização de Clientes	Outros	Total
Valor de custo					
Saldo em 31/12/2023	8.345	571.577	-	-	579.922
Baixas		(14)	-	-	(14)
Transferências ⁽ⁱ⁾		56.200	-	22.649	78.848
Amortização AVP		(1.459)	-	-	(1.459)
Saldo em 31/12/2024	8.345	626.303	-	22.649	657.297
Adições		-	4.017	-	4.017
Transferências ⁽ⁱ⁾		32.903	-	3.946	36.850
Amortização AVP		(1.632)	-	-	(1.632)
Reclassificação			(185)		(185)
Saldo em 31/12/2025	8.345	657.575	3.832	26.595	696.347
Valor de amortização					
Saldo em 31/12/2023	-	(229.497)	-	-	(229.497)
Adições		(21.614)	-	-	(21.614)
Baixas		6	-	-	6
Saldo em 31/12/2024	-	(251.106)	-	-	(251.106)
Adições		(23.817)	(974)	-	(24.791)
Baixas		1	-	-	1
Reclassificação			185		185
Saldo em 31/12/2025	-	(274.921)	(789)	-	(275.710)
Saldo em 31/12/2024	8.345	375.198	-	22.649	406.192
Saldo em 31/12/2025	8.345	382.654	3.043	26.595	420.637

(i) Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa revisou a classificação de determinadas rubricas contábeis. As alterações visam refletir uma melhor apresentação, conforme a natureza de suas operações e proporcionar maior clareza aos usuários das demonstrações financeiras sobre o impacto dessas operações no balanço patrimonial. Essas mudanças foram aplicadas aos valores comparativos, resultando na reclassificação do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2024, no grupo do ativo não circulante entre outros tributos NE 12 e intangível NE 15, resultando na reclassificação correspondente na demonstração do fluxo de caixa e notas explicativas. As reclassificações não alteram o total do ativo, passivo, patrimônio líquido e do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, no exercício findo em 31/12/2025 totalizamos o montante de R\$ 32.903 em transferências do ativo e contrato para ativo intangível no que tange a rede de distribuição de gás e o total de R\$ 3.946 referente a outros ativos não regulatórios.

15.1. Outros ativos financeiros

Os ativos vinculados ao contrato de concessão referem-se àqueles que, ao término da concessão, serão revertidos ao poder concedente, nos termos contratuais e regulatórios aplicáveis, pelos respectivos valores contábeis reconhecidos e de acordo com as datas de incorporação ao patrimônio do Estado.

No reconhecimento inicial, tais ativos são mensurados a valor presente, utilizando-se como taxa de desconto o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) regulatório, conforme definido pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP. Em 2025, a Deliberação ARSESP nº 1.630, de 3 de janeiro de 2025, aprovou o WACC de 7,90% ao ano, pós-impostos, a ser aplicado no âmbito da 5ª Revisão Tarifária Ordinária. Essa taxa reflete o custo de capital considerado pelo regulador no cálculo das tarifas regulatórias vigentes a partir do novo ciclo tarifário.

A Administração avalia que os investimentos realizados na expansão, operação e manutenção das redes de distribuição são majoritariamente financiados com capital próprio e, nesse contexto, entende como prudente e consistente com a prática regulatória a adoção do WACC regulatório vigente como critério de desconto aplicável aos ativos a serem indenizados pelo poder concedente ao final do contrato de concessão. Tal premissa envolve julgamento significativo da Administração e é revisitada periodicamente à luz das deliberações regulatórias aplicáveis.

Os ativos adquiridos ou construídos no âmbito da concessão, necessários à prestação dos serviços de distribuição de gás canalizado, são amortizados ao longo do período em que se espera que seus benefícios econômicos futuros sejam apropriados pela Companhia, ou até o término do contrato de concessão, o que ocorrer primeiro. O prazo de amortização está alinhado à vida útil econômica estimada dos ativos, sendo que parte desses ativos é classificada como ativo financeiro, na medida em que representa direitos contratuais incondicionais de receber caixa do poder concedente.

Essa classificação está em conformidade com o IFRIC 12 – Contratos de Concessão, segundo o qual os ativos vinculados a contratos de concessão devem ser segregados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme a natureza dos direitos conferidos. As vidas úteis econômicas adotadas também são utilizadas pelo regulador como referência na definição da base de remuneração e da formação das tarifas dos serviços prestados. Adicionalmente, em 2024, a Companhia protocolou junto à ARSESP o pedido de prorrogação do contrato de concessão CSPE nº 002/99 por mais 20 anos, sendo prorrogada concessão até 2049. O protocolo foi realizado em 10 de dezembro de 2024. Até a data-base das demonstrações financeiras de 2025, o referido pleito encontrava-se em análise pelo poder concedente.

	Ativo financeiro
Saldo em 31/12/2023	2.423
Transferências	1.196
Capitalização de juros	201
Saldo em 31/12/2024	3.820
Transferências	565
Capitalização de juros	438
Saldo em 31/12/2025	4.823

15.2. Ativo de contrato

Política contábil:

Os ativos do contrato representam obras em andamento vinculadas a concessão de distribuição de gás. São mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados em contrapartida a receita de construção.

Até que os ativos de contrato entrem em operação e possam ser considerados na base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão, os valores representam um direito contratual de recebimento em dinheiro do Poder Concedente.

Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis dentro do prazo do contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis, enquanto a parte amortizável que excede o prazo do contrato de concessão é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente.

	Ativos de contrato
Saldo em 31/12/2023	84.556
Adições	43.133
Provisão (Constituição) ⁽ⁱ⁾	(3.760)
Transferências	(57.889)
Saldo em 31/12/2024	66.040
Adições	48.610
Baixas	(382)
Provisão (Reversão) ⁽ⁱ⁾	2.218
Transferências	(33.470)
Saldo em 31/12/2025	83.016

(i) Após análises das áreas técnicas, foi identificado que o montante de 2.218 corresponde a projetos que ainda possuem expectativa de realização conforme o plano de expansão de rede para os próximos anos e devem permanecer classificados como obra em andamento.

16. Arrendamentos

16.1 Direito de Uso

Política contábil:

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Além disso, a Companhia considera quando aplicável uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a

vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para remensurações do passivo de arrendamento.

	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Impressoras</u>	<u>Total</u>
Valor de custo				
Saldo em 31/12/2023	4.737	-	318	5.055
Adições	-	2.269	-	2.269
Reajustes contratuais	409	305	34	747
Saldo em 31/12/2024	5.146	2.574	352	8.071
Adições	851	329		1.180
Reajustes contratuais	199		5	204
Baixas	-		(38)	(38)
Saldo em 31/12/2025	6.196	2.903	319	9.418
				-
Valor de amortização	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Impressoras</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2023	(385)	-	(80)	(465)
Adições	(670)	(739)	(69)	(1.478)
Saldo em 31/12/2024	(1.055)	(739)	(149)	(1.944)
Adições	(644)	(1.056)	(75)	(1.774)
Baixas			24	25
Saldo em 31/12/2025	(1.699)	(1.795)	(199)	(3.693)
				-
Saldo em 31/12/2024	4.091	1.835	202	6.128
Saldo em 31/12/2025	4.497	1.108	120	5.725

16.2 Passivo de arrendamento

Política contábil:

Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluídos na mensuração do passivo do arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo locatário, de acordo com as garantias do valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida, e o pagamento de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício do locatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Para determinar a taxa incremental, a Companhia:

- quando possível, usa o financiamento de terceiros recente recebido pelo locatário individual como ponto de partida, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento de terceiros foi recebido;
- usa uma abordagem de acumulação que começa com uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, que não tem financiamento recente de terceiros;
- faz uma estimativa de custo de captação, utilizando premissas do contrato, como por exemplo: prazo médio, moeda de contratação, garantias, entre outros.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros, ajustada a moeda funcional e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas de IGPM e IPCA na data, de acordo com o prazo e moeda de cada contrato.

Adicionalmente, para a mensuração do passivo de arrendamento, a Companhia deve contabilizar dois ou mais contratos em conjunto desde que:

- tenham sido firmados com a mesma contraparte ou parte relacionada da contraparte;
- tenham sido celebrados em datas próximas;
- se os contratos não puderem ser entendidos sem considerados em conjunto;
- se tiverem obrigações de performance/ contraprestações inter-relacionadas nos contratos;
- se os direitos de usar os ativos subjacentes transferidos nos contratos constituírem um único componente do arrendamento.

Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo e os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos.

Na determinação do prazo do arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação, ou não exercer a opção de rescisão. As opções de extensão (ou períodos após as opções de rescisão) só estão incluídas no prazo do arrendamento se houver certeza razoável de que será prorrogado (ou não rescindido).

A movimentação dos arrendamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi a seguinte:

Saldo em 31/12/2023	5.158
Adições e reajuste contratual	1.939
Apropriação de juros	293
Amortização de principal	(985)
Pagamento de juros	(293)
Saldo em 31/12/2024	6.112
Adições e reajuste contratual	1.384
Baixas	(14)
Apropriação de juros	599
Amortização de principal	(2.138)
Pagamento de juros	(599)
Saldo em 31/12/2025	5.344
Saldo em 31/12/2024	6.112
Saldo em 31/12/2025	5.344

Cronograma de vencimentos do passivo de arrendamento:

	Nota	31/12/2025				Total	31/12/2024
		Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos		Total
Passivos de arrendamento	16	2.068	900	1.662	714	5.344	6.112
Total		2.068	900	1.662	714	5.344	6.112

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

As debêntures emitidas pela Companhia são classificadas como passivos financeiros e reconhecidas inicialmente pelo valor justo, que corresponde ao valor recebido na data da emissão, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, tais como taxas, comissões e demais gastos incorridos.

Subsequentemente, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, de forma a reconhecer os encargos financeiros ao longo da vigência do instrumento, refletindo o custo financeiro efetivo incorrido pela Companhia.

Em janeiro de 2024, a Companhia realizou a emissão da debênture denominada NETA11, com vencimento em janeiro de 2027. Trata-se de uma debênture simples, não conversível em ações e sem garantias reais, conforme os termos e condições definidos na escritura de emissão.

Foram emitidas 70.000 debêntures, cada uma com valor nominal unitário estabelecido na data de emissão. A remuneração das debêntures corresponde a juros remuneratórios calculados à taxa de 1,55% ao ano, acrescida da variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI de um dia, apurada de forma exponencial.

Os juros são pagos semestralmente, tendo ocorrido o primeiro pagamento em julho de 2024.

Os recursos captados com a emissão da NETA11 foram destinados a usos gerais corporativos, incluindo, mas não se limitando, ao reforço do capital de giro e ao suporte às atividades operacionais e de investimento da Companhia.

Abaixo os detalhes dessa operação:

Movimentação das debêntures	31/12/2025	Apropriação custos de captação da dívida	Pagamento principal	Juros Provisionados	Juros Pagos	31/12/2024
Banco do Bradesco	75.105		-	10.832	(9.567)	73.840
Custos de captação	(184)	172				(356)
Total	74.921	172	-	10.832	(9.567)	73.484

Aging da dívida e suas principais características:

Aging	31/12/2025	31/12/2024
Até 12 meses	4.935	3.669
13 a 24 meses	69.986	69.815
Total	74.921	73.484

NETA11	Encargos financeiros		Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024	Vencimento	Objetivo
	Indexador	Taxa anual de juros (i)				
1ª emissão - série única	CDI + 1,55%	16,80%	(74.921)	-	jan/27	Usos gerais corporativos

O contrato da debênture contém cláusula de índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA, o qual deve ser mantido em patamar igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros) vezes, cláusula cumprida na data base de 31/12/2025.

O referido índice é calculado pela Emissora e monitorado continuamente ao longo de todo o exercício social, sendo verificado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas informações consolidadas divulgadas regularmente pela Emissora (“Índice Financeiro”).

18. Gás pago e não retirado

A Companhia possui compromissos financeiros decorrentes dos contratos de concessão.

Segue detalhes de vigência e valor atualizado em 31 de dezembro de 2025:

Saldo em 31/12/2024	17.679
Adições	9.503
Compensações	(13.549)
Atualizações	(104)
Saldo em 31/12/2025	13.529

19. Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 90 dias do reconhecimento.

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de gás e transportes de gás	43.224	41.364
Fornecedores de materiais e serviços	12.105	9.924
Total	55.329	51.288

20. Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo. Os depósitos judiciais são reconhecidos pelo valor pago e posteriormente corrigidos monetariamente.

Provisão para demandas judiciais

	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	470	-
Cíveis, ambientais e regulatórias	563	12
Trabalhistas	2.700	1.876
Total	3.733	1.887

Depósitos judiciais

	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	318	283
Trabalhistas	274	121
Total	592	404

Perdas possíveis

As ações judiciais cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis e regulatórias	24.591	24.484
Trabalhistas	703	3.936
Tributárias	375	339
Total	25.669	28.759

Tributárias:

As principais ações tributárias em que a Companhia está envolvida, classificadas como de risco de perda possível, não exigem constituição de provisão. O principal impacto está relacionado ao processo de ICMS na Base de Cálculo do PIS e COFINS.

Cíveis, ambientais e regulatórias:

As entidades são partes em uma série de ações judiciais cíveis relacionadas à (i) indenização por danos materiais e morais; (ii) rescisão de diferentes tipos de contratos; e (iii) cumprimentos de termos de ajustamento de conduta, dentre outras questões.

Trabalhistas:

Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos ao pagamento de: horas extras e reflexos; adicional de insalubridade, adicional de periculosidade; responsabilidade solidária, dentre outros.

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2023	-	7	81	88
Provisionado no exercício	-	3	1.656	1.659
Baixas por reversão / pagamento	-	(3)	(273)	(276)
Atualização monetária	-	6	411	417
Saldo em 31/12/2024	-	13	1.875	1.887
Provisionado no exercício	445	450	988	1.883
Baixas por reversão / pagamento	-	(5)	(967)	(972)
Atualização monetária	25	106	804	935
Saldo em 31/12/2025	470	563	2.700	3.733

a. Contingências ativas

Ajuste compensatório

Em 08 de dezembro de 2020, Agência Reguladora, por meio da deliberação ARSESP nº 1.082, aprovou a 3ª Revisão Tarifária Ordinária (RTO). Nesta revisão, foram apresentados os cálculos e foi informado que a Companhia faz jus a recuperação do valor de R\$ 33.660.738 (trinta e três milhões, seiscentos e sessenta mil,

setecentos e trinta e oito reais), em moeda de novembro de 2019, sem capitalização. A deliberação também estabeleceu que esse valor não será compensado via tarifa.

A fundamentação técnica para esse valor consta na Nota Técnica NT.F-0068-2020, item 13 - Cálculo de ajustes compensatórios do 4º ciclo (vide abaixo quadro 1).

Em maio de 2025, a Secretaria de Parcerias e Investimentos (SPI), por meio do Ofício nº 0067507901/2025-SPI-GSE, informou que realizará a compensação à Companhia do montante apurado na 3ª RTO, por meio de pagamento com recursos do Tesouro Estadual. A SPI indicou que aguarda a finalização dos trâmites de validação para confirmação dos valores definitivos.

Posteriormente, em setembro de 2025, a Agência Reguladora publicou a deliberação ARSESP nº 1.711, aprovando os resultados da nota técnica final do plano de negócios regulatório e cálculo da margem máxima (P0) da 5ª RTO que confirmou o valor apurado na 3ª RTO. O montante de R\$ 86,5 Milhões foi recebido em caixa via transação PIX em 01 de outubro de 2025.

Com a aprovação da 5ª RTO, todos os valores anteriormente sujeitos à validação foram formalmente confirmados, encerrando os trâmites mencionados no Ofício nº 0067507901/2025-SPI-GSE.

Desse modo, o ressarcimento referente ao ajuste compensatório, sob a ótica societária foi reconhecido nesta demonstração financeira como Receita Operacional Líquida, impactando diretamente a margem. Tal entendimento decorre do fato de que o montante recebido está relacionado à tarifa cobrada a menor pela Companhia em períodos anteriores, configurando uma recuperação de receita vinculada à venda de gás. Trata-se, portanto, de um ajuste tarifário que, apesar de possuir natureza retroativa, integra a receita operacional da companhia.

21. Patrimônio líquido

Capital social

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política do imposto de renda e contribuição social.

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404, sendo que, conforme estatuto da Companhia se no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, ao final do exercício seja destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 50% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Reserva de retenção de lucro

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

Capital social

O capital social subscrito da Companhia totaliza R\$ 462.481, encontrando-se integralmente integralizado, e está representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Atualmente, 100% do capital social pertence à Commit Gás S.A., que detém a totalidade das ações emitidas.

Dividendos e juros sobre capital próprio

Nos termos do estatuto social, os acionistas fazem jus ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, sendo os juros sobre o capital próprio considerados para fins de atendimento desse percentual.

Conforme previsto no artigo 31 do estatuto social, em 18 de dezembro de 2025, durante a Reunião nº 220 do Conselho de Administração, foi deliberada a distribuição de dividendos intercalares, com base no lucro apurado até novembro de 2025.

Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

Saldo em 31/12/2023	78.582
Dividendos deliberados do exercício	99.377
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(177.959)
Saldo em 31/12/2024	-
Dividendos deliberados do exercício anterior	41.502
Dividendos deliberados do exercício	29.209
Juros sobre capital próprio proposto	40.930
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(6.140)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(105.501)
Saldo em 31/12/2025	-

Destinação do lucro líquido do exercício

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	154.763	78.002
Constituição da reserva legal – 5%	(7.738)	(3.900)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	147.025	74.102
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	-	-
Dividendos intercalares e juros sobre capital próprio declarados	(70.140)	(32.599)
Total da Reserva de Lucros	76.885	41.503

Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício.

22. Receita operacional líquida

Política contábil:

A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais:

Receita faturada

A receita de distribuição e comercialização de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseadas nas medições mensais realizadas.

Receita não faturada

Receita de gás não faturada refere-se à porção de distribuição gás fornecida para qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este volume é estimado considerando o volumemédio faturado diário multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado. Adicionalmente, sobre referido volume é aplicado a tarifa vigente aprovada pelo órgão regulador.

A constituição dessa provisão é necessária em razão da existência de seis datas possíveis de vencimento para os clientes, conforme deliberação da ARSESP, o que resulta na formação de três tipos de lotes de faturamento. Dessa forma, durante o processo de fechamento contábil, utiliza-se o relatório de medições para apurar o volume total de gás distribuído que ainda não será faturado dentro do mês de competência.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. Com base em sua experiência histórica com operações similares, a Necta Gás Natural S.A. acredita que o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente sendo reconhecida no resultado conforme evolução da construção.

Receita de prestação de serviços

As receitas de serviços englobam taxas de serviços correlatos e acessórios, ao sistema de distribuição de gás, sendo reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança.

Receita de comercialização de gás

A Companhia reconhece a receita com suprimento e fornecimento de gás natural pelo valor justo da contraprestação, por meio da entrega de gás natural ocorrida em um determinado período. A apuração do volume de gás entregue para o comprador ocorre em bases mensais. Os clientes obtêm controle do gás natural a partir do momento em que o consomem. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 30 dias a partir de sua emissão.

A receita de comercialização de gás é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados no órgão regulador.

A receita é reconhecida com base no gás vendido e com preços especificados nos termos dos contratos de suprimento e fornecimento. A Empresa poderá vender o gás produzido em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de gás natural ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização de gás natural para os agentes distribuidores.

A seguir, é apresentada a composição da receita da Companhia no exercício:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita bruta na distribuição de gás ⁽ⁱ⁾	1.025.075	1.019.742
Receita bruta na prestação de serviços	94	92
Receita de construção	48.610	43.133
Impostos sobre vendas e outras deduções	(220.635)	(229.667)
Receita operacional líquida	853.144	833.300

(i) Em setembro de 2025 foi reconhecido o valor relativo ao ajuste compensatório decorrente do resultado da 3ª Revisão Tarifária. Gerando uma receita de R\$ 33 Milhões, referente ao ressarcimento do ajuste compensatório, sob a ótica societária deve ser reconhecido como Receita Operacional Líquida, impactando diretamente a margem. Tal entendimento decorre do fato de que o montante recebido está relacionado à tarifa cobrada a menor pela Necta em períodos anteriores, configurando uma recuperação de receita vinculada à venda de gás. Trata-se, portanto, de um ajuste tarifário que, apesar de possuir natureza retroativa, integra a receita operacional da companhia.

23. Custos e despesas por natureza

Política contábil:

Os custos e despesas são apresentados na demonstração do resultado por função e desagregados por natureza na nota explicativa.

Os custos das vendas incluem o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos.

Os custos de construção são reconhecidos por referência a receita de construção.

Os custos e despesas são apresentados na demonstração do resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza / finalidade é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Custo do gás e transporte	(534.629)	(575.728)
Custo de construção	(48.610)	(43.133)
Depreciação e amortização	(29.225)	(25.442)
Materiais e serviços	(27.291)	(26.569)
Gastos com pessoal	(42.839)	(36.157)
Outras despesas	(17.380)	(19.688)
	(699.975)	(726.717)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(637.130)	(666.065)
Despesas com vendas	(13.237)	(16.192)
Despesas gerais e administrativas	(49.608)	(44.460)
	(699.975)	(726.717)

24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas - multas contratuais	4.560	5.450
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado, intangível e investimento	(85)	(164)
Efeito líquido das demandas judiciais	4.064	(5.559)
Provisões regulatórias	(438)	-
Outros ⁽ⁱ⁾	537	10.375
	8.638	10.102

(i) Em dezembro de 2024 foi firmado entre a Companhia e a Petrobrás um Termo de Encerramento de Pendências, no valor de R\$ 10.368, com o objetivo de regularizar ajustes financeiros relativos à tributação sobre a compra e venda de gás natural.

25. Resultado financeiro líquido

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e arrendamentos, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas em instrumentos derivativos e cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Ajuste a valor presente arrendamento	(742)	(1.273)
Taxas e tarifas bancárias	(303)	(219)
Despesas com juros sobre empréstimos e debêntures	(11.003)	(7.902)
Outras despesas financeiras	(3.437)	(749)
	(15.485)	(10.143)
Rendimento de aplicação financeira	17.170	9.629
Remuneração sobre os outros ativos financeiros	436	201
Recebimento de ajuste compensatório ⁽ⁱ⁾	53.764	-
Outras receitas financeiras	2.028	1.967
	73.398	11.797
Atualização dos ativos e passivos setoriais	(8.854)	(2.333)
Atualização dos débitos de PIS e COFINS	3.328	2.536
	(5.526)	203
Resultado financeiro, líquido	52.387	1.857
Reconciliação		
Despesas financeiras	(15.485)	(10.143)
Receitas financeiras	73.398	11.797
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(5.526)	203
Resultado financeiro, líquido	52.387	1.857

26. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta R\$ 44.882 mil em obrigações em aberto até a data da divulgação dessa demonstração, compostas principalmente por fornecedores de gás, materiais e serviços, tributos, taxa regulatória, e demais despesas operacionais.

Esses valores referem-se às atividades regulares da Companhia que mantém acompanhamento contínuo do fluxo de caixa, não havendo indicativos de descumprimento das obrigações registradas.

	31/12/2025
Fornecedores de Gás	29.473
Fornecedores Materiais e Serviços	5.853
Tributos a Pagar	4.346
Taxa Arsesp	4.228
Fornecedores Materiais e Serviços Para Ativo Permanente	944
Outros	37
	44.882

27. Eventos subsequentes

A Companhia não identificou nenhum evento subsequente até a data de aprovação das demonstrações financeiras.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 64B78A17-58A9-4BF1-832E-107E0A586621

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: Relatório do auditor e demonstrações financeiras_Necta_2025.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 58

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Bruna Peliciari

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

bruna.peliciari@pwc.com

Endereço IP: 134.238.160.20

Rastreamento de registros

Status: Original

23 de fevereiro de 2026 | 18:04

Portador: Bruna Peliciari

bruna.peliciari@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

23 de fevereiro de 2026 | 18:26

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Rodrigo Marcatti

rodrigo.marcatti@pwc.com

Sócio

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC SyngularID Multipla

Assunto: CN=Rodrigo Lobenwein

Marcatti:05030738657

Assinatura



Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Usando endereço IP: 200.182.197.164

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularID-multipla.pdf>

Registro de hora e data

Enviado: 23 de fevereiro de 2026 | 18:05

Visualizado: 23 de fevereiro de 2026 | 18:24

Assinado: 23 de fevereiro de 2026 | 18:26

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Bruna Peliciari bruna.peliciari@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 23 de fevereiro de 2026 18:26 Visualizado: 23 de fevereiro de 2026 18:26 Assinado: 23 de fevereiro de 2026 18:26
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	23 de fevereiro de 2026 18:05
Entrega certificada	Segurança verificada	23 de fevereiro de 2026 18:24
Assinatura concluída	Segurança verificada	23 de fevereiro de 2026 18:26
Concluído	Segurança verificada	23 de fevereiro de 2026 18:26

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------